

ADERÊNCIA DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DE EMPRESAS INTEGRANTES DO ISE B3 AO PADRÃO EXIGIDO PELA NBC TDS 1 (IFRS S1)

Daniel Juvêncio Ferreira do Nascimento

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Letícia Martins Medeiros

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

O objetivo deste estudo foi analisar o nível de aderência dos relatórios de sustentabilidade das companhias que integram o ISE B3 ao padrão exigido pela NBC TDS 1 (IFRS S1). A pesquisa é classificada como quali-quantitativa, descritiva e documental. Os dados foram coletados por meio dos relatórios de sustentabilidade publicados pelas companhias para o ano de 2023 e sintetizados em um *checklist* elaborado com base nas quatro seções elencadas no conteúdo principal da norma: Governança, Estratégia, Gestão de Riscos e Métricas e Metas. A amostra desta pesquisa foi composta pelos 15 maiores ativos da 19ª carteira do ISE B3, conforme boletim informativo publicado em março de 2025. Os relatórios analisados apresentaram aderência média de 77,37%, com a seção de Métricas e Metas apresentando aderência média de 100%, enquanto a seção de Estratégia teve aderência média de 55,24%. Os resultados da pesquisa permitem inferir que a principal lacuna de divulgação nos relatórios de sustentabilidade das empresas da amostra refere-se às informações financeiras sobre os impactos dos riscos e oportunidades de sustentabilidade, capazes de atender às necessidades dos usuários dos relatórios financeiros ao tomar decisões sobre o fornecimento de recursos à entidade.

Palavras chave: Relatórios de sustentabilidade. ISE B3. NBC TDS 1. ISSB. IFRS S1. ESG

1 INTRODUÇÃO

No cenário empresarial, o desenvolvimento sustentável ganhou relevância com o entendimento de que a administração centrada apenas na função econômica não atenderia aos anseios da sociedade contemporânea. Concebeu-se, então, o conceito de triple bottom line, incentivando as organizações a reconhecerem as implicações de suas atividades nas dimensões social e ambiental, além da econômica, visando ao equilíbrio de suas ações nesses três pilares e à integração de políticas sustentáveis em suas operações (ELKINGTON, 1997; VEIGA, 2019). A adoção de práticas ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e de Governança) contribui para uma imagem robusta e uma percepção positiva da companhia pelas partes interessadas, fortalecendo sua posição no mercado (BANERJEE et al., 2015; BARBIERI; CAJAZEIRA, 2012). Dessa forma, a busca pela sustentabilidade se intensificou não apenas pela preocupação com a preservação ambiental e a responsabilidade social, mas também pela compreensão dos efeitos positivos que a gestão sustentável traz para a valorização das empresas (LI et al., 2018; SACHS, 2002).

Para atender às demandas dos usuários pela comunicação de informações ESG, diversas estruturas conceituais foram desenvolvidas para orientar a produção de relatórios padronizados.

Contudo, diante do caráter voluntário da divulgação e da variedade de enfoques, dados e métricas utilizados, por vezes, a finalidade de medição e comparabilidade das informações pelos investidores se torna difícil. Assim, em 2021, o *International Sustainability Standards Board* (ISSB) foi criado com o objetivo de desenvolver um conjunto de normas para orientar a elaboração e divulgação de informações ESG de abrangência global e que atendessem às necessidades dos investidores (BOSE, 2020; PWC, 2022).

Esse processo resultou na emissão das Normas Internacionais de Divulgação de Informações Relacionadas à Sustentabilidade IFRS S1 e S2, em 2023. A partir do trabalho do ISSB, o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) emitiu, em 2024, os Pronunciamentos Técnicos CBPS 1 e 2. Ainda no mesmo ano, para garantir força de norma ao conjunto de práticas no país, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas para Divulgação de Informações sobre Sustentabilidade (NBC TDS 1 e 2), exigíveis para os exercícios sociais a partir de 1º de janeiro de 2026, definindo um conjunto de padrões aplicáveis às empresas brasileiras e tornando obrigatória sua utilização para a elaboração e divulgação de relatórios sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e ao clima (CFC, 2024; IBGC, 2024).

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) foi criado pela BM&FBOVESPA, atual Brasil, Bolsa, Balcão (B3), em 2005, na forma de uma carteira teórica de ativos, visando estabelecer um referencial aos investidores que buscam companhias comprometidas com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial de longo prazo, além de agir como promotor de boas práticas de gestão sustentável (MACEDO et al., 2012). Supõe-se, assim, que a participação no índice seja uma comunicação ao mercado de que as empresas que integram a carteira incorporam a sustentabilidade às suas atividades e apresentem um nível satisfatório de divulgação de informações. Logo, diante dos diferentes conjuntos de padrões e de critérios técnicos comumente utilizados e estando à beira da exigência de um novo conjunto de diretrizes para elaboração dos relatórios de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, surge a questão: **qual é o nível de aderência dos relatórios de sustentabilidade das companhias que integram o ISE B3 ao padrão exigido pela NBC TDS 1 (IFRS S1 - ISSB)?** O objetivo da presente pesquisa é analisar o nível de aderência dos relatórios de sustentabilidade das companhias que integram o ISE B3 ao padrão exigido pela NBC TDS 1 (IFRS S1 – ISSB).

A identificação das práticas ESG das companhias que integram o ISE pode auxiliar no entendimento dos fatores que as levam a serem consideradas exemplos de boa gestão empresarial sustentável, servindo de indicador para aquelas que desejem implementar a sustentabilidade em suas atividades, uma vez que o índice visa facilitar a identificação pelo mercado das empresas que demonstram as melhores práticas de sustentabilidade. Estudos buscaram analisar as lacunas informacionais entre relatórios elaborados antes e após a implementação da IFRS 1, mas a investigação sobre sua contraparte brasileira ainda é incipiente (AMELIA; DJAKMAN, 2024; KOMALA; MURTANTO, 2024). Logo, a pesquisa se justifica diante da recente aprovação da NBC TDS 1, já que avaliar a aderência dos relatórios de sustentabilidade ao padrão exigido pela norma pode contribuir para um entendimento da qualidade atual das divulgações em comparação à desejada, bem como elucidar os principais pontos de divergência. Apesar do reconhecimento sobre a importância da comunicação de informações sobre os pilares ambientais e sociais, os investidores perceberam que a estrutura usual de divulgação de informações ESG é deficiente quanto à materialidade das informações financeiras. Assim, o objetivo com a elaboração das normas é “atender a necessidade dos investidores por informações confiáveis, comparáveis e conectadas com as demonstrações financeiras” (IBGC, 2024).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção são abordados os conceitos como o Relatório de Auditoria, Continuidade Operacional e estudos relacionados a estas temáticas.

2.1 SUSTENTABILIDADE

De maneira geral, a sustentabilidade pode ser definida como a busca por atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas. Embora o termo tenha sido inicialmente associado à preservação ambiental, compreendeu-se que seu escopo é mais abrangente. Órgãos regulatórios passaram a desenvolver, aperfeiçoar e exigir o cumprimento de legislações ambientais pelo mercado, enquanto os consumidores, cada vez mais preocupados com os impactos ambientais e sociais das atividades empresariais, começaram a exigir maior comprometimento das empresas com ações mitigadoras, optando por alternativas alinhadas a esses valores. Assim, as companhias perceberam a necessidade e o potencial competitivo de ampliar o foco de suas atividades para além da dimensão econômica, buscando um equilíbrio com as esferas ambiental e social (ELKINGTON, 1997). Nesse contexto, o debate sobre desenvolvimento sustentável ganhou relevância no ambiente corporativo, tanto pela conscientização de sua importância quanto pela pressão externa. Para viabilizar o equilíbrio entre os diferentes pilares, com a expectativa de permitir um crescimento sustentável ao longo do tempo e atender às demandas dos diversos grupos, diversas transformações foram implementadas, como mudanças na estrutura institucional e de governança corporativa, além de maior atenção à utilização de recursos e à seleção de investimentos (RIBEIRO, 2012; MACHADO, 2015; BARBIERI; CAJAZEIRA, 2016).

2.2 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

O estabelecimento de uma relação de transparência com os stakeholders contribui para o desenvolvimento de confiança entre as partes, o que está relacionado à ideia de conferir legitimidade à atuação da empresa na comunidade na qual está inserida. A partir do momento em que a atuação das companhias precisa ser reconhecida pelos stakeholders, não é suficiente apenas adotar práticas sustentáveis em suas atividades, mas divulgá-las adequadamente, sendo capazes de demonstrar os potenciais benefícios socioambientais e econômicos de sua atuação. Sob essa ótica, os investidores perceberam que a ausência de políticas empresariais que abordem diretamente a sustentabilidade, aliada à falta de comunicação acerca dessas ações, pode aumentar o risco sobre o retorno esperado de suas aplicações de recursos (RIBEIRO, 2012; KOMALA; MURTANTO, 2024).

Da necessidade de uma forma de apresentação das informações que englobasse os aspectos de performance financeira, metas de sustentabilidade socioambiental e atendesse às necessidades dos diferentes stakeholders, as empresas desenvolveram padrões próprios que julgavam adequados, uma vez que sua divulgação era voluntária. No entanto, a falta de coesão entre os relatórios de diferentes companhias explicitou a necessidade dos usuários pela divulgação de informações relevantes, confiáveis e em um formato que permitisse a comparabilidade dos dados (SCHALTEGGER, 2012; VAN WYK; ELS, 2023). A partir da década de 1990, diversas estruturas conceituais foram propostas e algumas passaram a ser amplamente utilizadas. Contudo, enquanto os diferentes modelos orientavam quanto à forma de divulgação, ainda não atendiam completamente às necessidades dos stakeholders, uma vez que ficava a cargo da companhia a escolha sobre o que divulgar. Além disso, relatórios de

empresas que optassem por estruturas conceituais distintas seriam de difícil comparabilidade, perdendo parte do valor informacional que se propunham a entregar (VAN WYK; ELS, 2023; OLIARI; SOARES, 2024).

Nesse contexto, em 2021, a *International Financial Reporting Standards Foundation* anunciou a formação do *International Sustainability Standards Board* (ISSB), um conselho com o objetivo de desenvolver normas que orientem a elaboração de relatórios que forneçam informações que atendam às demandas de governos, órgãos reguladores, investidores e demais interessados por dados comparáveis, verificáveis, tempestivos e compreensíveis entre si. Para atingir essa meta, o ISSB publicou, em 2023, as IFRS S1 e S2, estabelecendo os requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima. No Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Resolução CVM 193, em 2023, permitindo, de forma pioneira no mundo, que as companhias divulguem, de forma voluntária, relatórios de sustentabilidade elaborados sob os requisitos das IFRS S1 e S2, a partir de janeiro de 2024. Em setembro de 2024, o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos Técnicos de Sustentabilidade realizou a tradução das normas internacionais, publicando os Pronunciamentos Técnicos CBPS 01 e 02. Culminando, em outubro de 2024, na aprovação, pelo Conselho Federal de Contabilidade, das Normas Brasileiras NBC TDS 01 e 02, elaboradas com base nos Procedimentos Técnicos do CBPS, com a finalidade de garantir a obrigatoriedade da elaboração e divulgação de relatórios de sustentabilidade nos padrões delimitados pelas IFRS S1 e S2 pelas empresas brasileiras para os exercícios iniciados a partir de janeiro de 2026 (IFRS, 2023; OLIARI; SOARES, 2024; CFC, 2024).

2.3 ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Uma iniciativa pioneira na América Latina, o ISE foi criado pela B3 em 2005, sendo o quarto índice surgido após a criação do Dow Jones Sustainability Index (DJSI), a referência global. Seu objetivo é ser um indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas selecionadas pelo reconhecido comprometimento com a sustentabilidade empresarial, apoiando a tomada de decisões de investimento socialmente responsáveis e fomentando a adoção de boas práticas de sustentabilidade pelas empresas (ZACHARIAS; CAMARINHA; ELIAS, 2023; B3, 2024). A partir da robusta metodologia utilizada para selecionar as empresas que integrarão a carteira do índice, busca-se compreender os impactos financeiros e não financeiros das práticas, políticas e processos das companhias, com o pressuposto de que aquelas que apresentam práticas, políticas e processos bem estabelecidos obterão bons resultados e causarão impactos positivos aos seus stakeholders, contribuindo, assim, para a perenidade dos negócios. Uma vez que o processo seletivo é voluntário, o valor percebido em integrar a carteira do índice é o ganho de reputação e os potenciais impactos na competitividade da empresa no mercado. Dessa forma, a mensagem que a participação no índice pretende transmitir é de segurança, para que os investidores confiem no futuro da companhia ao tomarem suas decisões (MACEDO et al., 2012; ZACHARIAS; CAMARINHA; ELIAS, 2023).

2.4 ESTUDOS RELACIONADOS

Pratama, Jaenundin e Anas (2022) analisaram as lacunas entre os relatórios anuais de 224 empresas de capital aberto do sudeste asiático e os requisitos de divulgação da IFRS S1. Os autores identificaram 38 critérios a serem considerados nas categorias Governança, Estratégia, Gestão de Risco e Métricas e Metas, realizando a coleta de dados sobre a existência da informação conforme os requisitos nos relatórios das empresas, bem como sobre a qualidade

da informação divulgada, utilizando estatística descritiva para analisá-los. Identificou-se que a frequência de divulgação de itens conforme as exigências da IFRS S1 é alta, em torno de 95%, sendo o requisito de maior aderência o de Governança e o de menor aderência o de Métricas e Metas. Quanto à qualidade das informações divulgadas, os autores atribuíram uma pontuação média de 77,04 de 100,00 possíveis, salientando que foi identificado que a qualidade da informação varia consideravelmente entre empresas, setores de atuação e países. Contudo, verificou-se uma relação positiva entre a aderência dos relatórios aos requisitos da norma e a qualidade percebida da informação divulgada. Como contribuições do estudo, os autores destacaram o fornecimento de um panorama às companhias acerca dos principais itens que precisam de melhorias na sua forma de divulgação, o potencial informacional para auxílio nas tomadas de decisões pelos investidores, além de uma compreensão do estado geral de disclosure das empresas.

Silva, Santos e Silva (2024) realizaram uma pesquisa com o objetivo de analisar o disclosure socioambiental das companhias que integraram a Carteira do ISE da B3. Foram analisadas 61.899 respostas aos Questionários do ISE 2021/2022, consolidadas e segregadas nas dimensões: Capital Humano, Governança Corporativa e Alta Gestão, Modelo de Negócios e Inovação, Capital Social e Meio Ambiente. Adotou-se uma análise dicotômica para atribuir os valores 1 e 0 às respondentes e não respondentes de cada quesito, respectivamente, e os dados resultantes foram submetidos a uma análise estatística simples de proporcionalidade para identificar as dimensões com maior número de respostas. A dimensão "Governança Corporativa e Alta Gestão" obteve o maior percentual de respostas evidenciadas (46,3%), com destaque para as empresas do setor financeiro, que foram as maiores respondentes. O estudo evidenciou que as empresas integrantes do ISE atribuem elevada importância à divulgação de informações socioambientais, como forma de transmitir credibilidade e transparência aos investidores. Além disso, verificou-se que o nível de disclosure das companhias aumentou ao longo do período analisado. Os autores esperam que os resultados da pesquisa subsidiem discussões de órgãos reguladores da contabilidade, especialmente aqueles voltados à evidenciação de informações socioambientais.

O estudo de Amelia e Djakman (2024) analisou o *disclosure* dos relatórios de sustentabilidade de uma companhia do setor bancário da Indonésia, divulgado anteriormente à publicação das IFRS S1 e S2, em 2023, sob seus requisitos. Os autores identificaram 29 requisitos principais que as empresas deverão divulgar em seus relatórios, nas categorias Governança, Estratégia, Gestão de Risco e Métricas e Metas. Os resultados da pesquisa demonstraram que o *disclosure* da empresa analisada está aderente aos requisitos da norma quanto à Governança, mas os demais aspectos ainda carecem de divulgação. Contudo, consideraram que o nível geral de divulgação é satisfatório, considerando o momento de transição, atendendo a 21 dos 29 requisitos. Como impedimentos na elaboração dos relatórios, os autores citam que a companhia estava em processo de desenvolvimento de estratégias e modelos de análise e que a tecnologia e os dados disponíveis à empresa dificultavam a quantificação das informações financeiras relacionadas à sustentabilidade. A principal contribuição do estudo é a elucidação sobre os principais tópicos que devem ser considerados pelas empresas, tanto para o desenvolvimento de mecanismos internos de análise e acompanhamento, quanto na revisão do teor das informações que costumam divulgar.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS



A pesquisa realizada neste estudo é classificada quanto aos seguintes aspectos: pela forma de abordagem do problema, de acordo com seus objetivos e com base nos procedimentos técnicos utilizados.

Quanto à abordagem do problema, o estudo é quali-quantitativo, pois busca compreender o teor das informações divulgadas nos relatórios de sustentabilidade pelas empresas que integram o ISE e analisar como essas informações se relacionam com as exigências da norma recentemente publicada, com o objetivo de apresentar o estado atual das divulgações e identificar eventuais distanciamentos em relação aos futuros requisitos, organizando as informações através de instrumentos estatísticos. A pesquisa qualitativa visa realizar uma análise das características de uma população e de suas relações com variáveis externas, enquanto a pesquisa quantitativa se utiliza de instrumentos estatísticos, tanto na coleta, como no tratamento dos dados (RAUPP; BEUREN, 2008; YIN, 2016).

Com relação aos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva, uma vez que se propõe a descrever as características da população analisada e a maneira como essas características se relacionam com outras variáveis, utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 2002). A partir da análise dos dados obtidos sobre a forma como as empresas divulgam as informações, pretende-se evidenciar seus aspectos específicos e verificar sua interação com as exigências normativas.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é classificada como documental, visto que seus principais insumos consistem em dados extraídos dos relatórios disponibilizados pelas empresas e pela B3 em seus websites, bem como da norma publicada no site do CFC. O enquadramento nessa tipologia se justifica pelo objetivo final de contribuir para o conhecimento contábil, organizando sistematicamente dados oriundos de diferentes fontes primárias (GIL, 1999; RAUPP; BEUREN, 2008).

A população do estudo é formada pelas empresas que integraram a 19ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que vigorou entre 02/01/2024 e 04/05/2025. A amostra, por sua vez, foi constituída pelos 15 maiores ativos que integravam o índice, conforme o último Boletim Mensal do ISE publicado durante a vigência da 19ª carteira. Considerando os critérios de elegibilidade para compor o ISE, pressupõe-se que, de modo geral, os relatórios de sustentabilidade das empresas integrantes da carteira apresentem um nível satisfatório de divulgação de informações, estando, portanto, alinhados ou mais próximos dos padrões exigidos pela NBC TDS 1, se comparadas a companhias que não compõem o índice. Dessa forma, a seleção das empresas participantes foi realizada por meio de amostragem intencional, assumindo-se que seus relatórios refletem, de forma adequada, a aderência às exigências de divulgação de informações ESG da população (GIL, 1999).

Quadro 1 – Top 15 ativos integrantes da 19ª carteira do ISE em março/2025

Companhia	Setor Econômico	Ranking
TIM S.A.	Comunicação	1
BTG Pactual S.A.	Financeiro	2
Sendas Distribuidora S.A.	Consumo Não Cíclico	3
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Utilidade Pública	4
Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.	Bens Industriais	5
Bradesco S.A.	Financeiro	6
Banco do Brasil S.A.	Financeiro	7
Engie Brasil Energia S.A.	Utilidade Pública	8
B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão	Financeiro	9
Companhia Paranaense de Energia S.A.	Utilidade Pública	10
Telefônica Brasil S.A.	Comunicação	11
Santander (Brasil) S.A.	Financeiro	12
Lojas Renner S.A.	Consumo Cíclico	13
Itaú Unibanco Holding S.A.	Financeiro	14

Rede D'Or São Luiz S.A.	Saúde	15
-------------------------	-------	----

Fonte: Dados extraídos de B3 (2025).

A técnica de coleta de dados utilizada foi a pesquisa documental, uma vez que a pesquisa se valeu de documentos e informações que não receberam tratamento analítico (COLAUTO; BEUREN, 2008). Os instrumentos de coleta foram os documentos pertinentes ao escopo do estudo, quais sejam, os relatórios de integrados anuais referentes ao período de 2023, coletados nos websites das companhias que compõem a amostra; a Norma Brasileira de Contabilidade TDS 1, coletada no website do Conselho Federal de Contabilidade; e o Boletim Mensal do ISE publicado no website da B3 em março de 2025, complementados pelo Checklist 1, de elaboração própria, baseado nos itens 25 a 53 da NBC TDS 1, com o objetivo de registrar e relacionar os dados coletados a partir dos relatórios de sustentabilidade à norma. O Checklist 1 pode ser consultado no Apêndice A e foi dividido em quatro seções, totalizando 33 itens, visando cobrir os aspectos elencados no conteúdo principal da NBC TDS 1: Governança (G1 a G11), estratégia (E1 a E14), gestão de riscos (R1 a R3) e métricas e metas (M1 a M5). O Checklist 1 foi aplicado nos 15 relatórios da amostra, adotando-se uma escala binária de avaliação (1 – aderente/0 – não aderente) para verificar a presença ou ausência das divulgações requeridas por cada item da norma. Diante da metodologia adotada para coleta dos dados, a leitura isolada dos resultados da escala se traduz em indicativos da existência de determinados aspectos nos relatórios, uma vez que esse trabalho não se dedicou a analisar a qualidade das informações divulgadas. Considerando que, na prática, muitas divulgações observadas nos relatórios analisados atendem parcialmente aos requisitos de determinados itens normativos, seja por falta de profundidade, ausência de alguns elementos exigidos ou linguagem genérica, optou-se por uma abordagem metodológica inclusiva. Assim, qualquer evidência de atendimento ao conteúdo previsto na NBC TDS 1 foi considerada como aderente, ainda que de forma incompleta. Essa escolha visou garantir maior objetividade e consistência na coleta dos dados, evitando julgamentos subjetivos sobre a suficiência ou da qualidade da informação, evitando-se uma avaliação qualitativa como “atende parcialmente” ou “atende plenamente”, com o objetivo de reduzir a margem de interpretação pessoal do pesquisador.

Os dados foram analisados utilizando a técnica de análise documental. Esta técnica se traduz em procedimentos de estudo e análise de documentos diversos com o objetivo de compreender os impactos sociais e econômicos (RICHARDSON, 1999). As respostas obtidas a partir da aplicação do Checklist 1 foram tabuladas no software Microsoft Excel e organizadas em tabelas e indicadores. O indicador de aderência por seção foi calculado pela relação entre a quantidade de respostas positivas aos itens de determinada seção e o número total de itens na seção do checklist.

$$\text{Aderência por seção} = \frac{\text{Número de respostas "1 - existe" na seção}}{\text{Total de itens na seção}} \quad (1)$$

O indicador de aderência geral foi calculado pela relação entre o total de respostas positivas e o número total de itens no checklist.

$$\text{Aderência geral} = \frac{\text{Total de respostas "1 - existe" no checklist}}{\text{Total de itens no checklist}} \quad (2)$$

4 ANÁLISE DOS DADOS

Para atingir o objetivo proposto, este capítulo apresenta os resultados da análise dos dados coletados através do exame da aderência dos relatórios à norma.

4.1 Aderências dos relatórios de sustentabilidade à NBC TDS 1.

O objetivo da seção é apresentar o nível geral de aderência dos relatórios de sustentabilidade aos requisitos exigidos pela NBC TDS 1. Para isso, foi elaborada a Tabela 1 a partir dos dados coletados com o Checklist 1, relacionando a existência de divulgação que satisfaça os critérios elencados pela norma.

Tabela 1 – Aderência geral e por seção dos Relatórios Integrados Anuais

Companhia	Governança	Estratégia	Gestão de Riscos	Métricas e Metas	Aderência Geral
TIM	0,8182	0,5714	1,0000	1,0000	0,7576
BTG Pactual	0,9091	0,6429	1,0000	1,0000	0,8182
Assaí	0,8182	0,5000	1,0000	1,0000	0,7273
Eletrobras	1,0000	0,5714	1,0000	0,8000	0,7879
Motiva	0,8182	0,5000	1,0000	1,0000	0,7273
Bradesco	0,9091	0,7857	1,0000	1,0000	0,8788
Banco do Brasil	1,0000	0,5714	1,0000	1,0000	0,8182
Engie	0,9091	0,4286	1,0000	0,8000	0,6970
B3	1,0000	0,5714	1,0000	1,0000	0,8182
Copel	0,9091	0,5000	1,0000	1,0000	0,7576
Vivo	1,0000	0,5714	1,0000	0,8000	0,7879
Santander	0,9091	0,5000	1,0000	1,0000	0,7576
Lojas Renner	0,8182	0,5000	1,0000	1,0000	0,7273
Itaú	1,0000	0,5714	1,0000	1,0000	0,8182
Rede D'Or	0,8182	0,5000	1,0000	1,0000	0,7273
Média por seção	0,9091	0,5524	1,0000	0,9600	0,7737

Fonte: elaborada a partir dos dados obtidos na pesquisa (2025).

Os relatórios analisados apresentaram, em geral, um nível razoável de divulgação, com base nos critérios adotados no presente estudo. A seção de Governança registrou alto nível de aderência, com média de 0,9091. Esse resultado é condizente com os achados de Pratama, Jaenudin e Anas (2022), que identificaram alto nível de divulgação dos aspectos de governança nos relatórios de sustentabilidade de empresas do Sudeste Asiático à luz das exigências da IFRS S1. Na ponta superior, cinco companhias atingiram índice 1,0000, com aderência total aos itens elencados no Checklist 1, enquanto cinco empresas apresentaram índice 0,8182 – equivalente à existência de nove dos 11 itens em suas divulgações –, o valor mais baixo observado para a seção. Dois itens em particular apresentaram baixa aderência: G6 e G8. O item G6 refere-se à consideração das compensações (trade-offs) associadas aos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade no processo decisório, para o qual apenas seis companhias apresentaram alguma forma de divulgação. Na maior parte das empresas, não há divulgação explícita de compensações ou de análise de concessões específicas nos processos de governança: essas empresas limitam-se a informar que riscos climáticos e socioambientais foram integrados aos frameworks de risco e às agendas de decisão dos órgãos de governança, mas não detalham como eventuais conflitos de objetivos são ponderados em cada instância de governança. O item G8 trata da forma como os órgãos de governança supervisionam a inclusão das métricas de desempenho referentes aos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade nas políticas de remuneração. Nesse item, verificou-se divulgação em nove companhias, o que significa que 40% da amostra não divulga informações que permitam compreender como, ou se, métricas de sustentabilidade são consideradas no cálculo da remuneração variável.

Os requisitos relacionados à seção de estratégia apresentaram os piores níveis de aderência em sua divulgação entre as quatro seções, com média de 0,5524, o que significa que cerca de sete dos 14 itens dessa seção no checklist não foram atendidos. Ao analisar os

relatórios, verifica-se que as publicações trazem grande volume de informações qualitativas, evidenciando que as principais lacunas na divulgação estão na ausência de dados quantitativos. Os itens E1, E4, E5, E6, E7 e E14 – relacionados à identificação de riscos e oportunidades de sustentabilidade, à sua integração no processo decisório e à declaração sobre como a entidade lida com eles – apresentaram bons níveis de divulgação. As empresas são, em geral, hábeis em demonstrar em suas publicações quais riscos e oportunidades de sustentabilidade se apresentam ao negócio, bem como em expor seus planos de ação para manejá-los. No entanto, nos itens com baixíssima aderência – E2, E3 e E9 a E13 – observa-se dificuldade em traduzir informações qualitativas em dados econômico-financeiros. Também, esperava-se encontrar definições claras para os horizontes temporais de curto, médio e longo prazo considerados para a tomada de decisões estratégicas, mas a aderência ao item E3 foi baixa: apenas seis das 15 empresas da amostra apresentaram alguma definição. Além disso, ao analisar a aderência aos itens E9 a E13, diretamente relacionados aos efeitos presentes e futuros dos riscos e oportunidades de sustentabilidade nas demonstrações financeiras, constata-se insuficiência quanto à materialidade financeira das informações divulgadas.

Observa-se que a seção de gestão de riscos apresentou a maior aderência média, com índice 1,000, o que significa que todas as companhias da amostra divulgam informações capazes de atender às exigências da norma. Essa seção aborda os processos utilizados para gerir os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e como esses processos estão integrados à gestão de riscos da entidade. Com apoio dos órgãos de governança, a aderência aos requisitos é evidenciada por meio da divulgação de processos robustos de identificação, avaliação, priorização e monitoramento de riscos e oportunidades, além de atualizações periódicas das matrizes de materialidade para incorporar assuntos prioritários relacionados a ESG. Este resultado contrasta com o estudo de Amelia e Djakman (2024), onde o relatório de sustentabilidade do Banco X, da Indonésia, apresentou aderência de 0,333, considerando os mesmos 3 itens – E1 a E3.

Quanto à seção de métricas e metas, as empresas apresentaram alto nível de aderência, com doze das 15 empresas da amostra atendendo, ao menos parcialmente, às exigências da norma. As três empresas que não obtiveram 100% de aderência deixaram de atender o item M3, que trata das explicações sobre a definição das métricas de desenvolvimento próprio. Para esse item, embora as empresas cite a existência de métricas de desenvolvimento próprio, não há aprofundamento nem explicações sobre a metodologia de definição e controle das metas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o nível de aderência dos relatórios de sustentabilidade das companhias que integram o ISE B3 ao padrão exigido pela NBC TDS 1. Para tanto, foram analisadas as informações divulgadas nos relatórios de sustentabilidade das 15 companhias integrantes da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 incluídas na amostra. Verificou-se um nível de aderência geral dos relatórios de sustentabilidade à NBC TDS 1 de 77,37%. Os aspectos relacionados à Governança (90,91%), Gestão de Riscos (100%) e Métricas e Metas (96,00%) apresentaram nível elevado de aderência, enquanto os relacionados à Estratégia atingiram percentual sensivelmente mais baixo (55,24%).

Os resultados do estudo permitem inferir que os relatórios de sustentabilidade analisados não atendem à quantificação dos impactos atuais e esperados dos riscos e oportunidades identificados em suas demonstrações financeiras. Os relatórios apresentam diversas informações qualitativas, além de informações quantitativas referentes a dados de caráter não financeiro. Diante das exigências de divulgação instituídas pela NBC TDS 1,

percebe-se que, de modo geral, os relatórios não atendem às necessidades dos usuários de relatórios financeiros para fins gerais ao tomar decisões relacionadas ao fornecimento de recursos à entidade. Assim, a principal contribuição dessa pesquisa é

Como limitação deste estudo, destaca-se a ausência de um recorte temporal mais amplo para a amostra. Como sugestão para estudos futuros, pode-se considerar investigar não apenas a existência de algum nível de divulgação, mas também a qualidade percebida dessas informações.

REFERÊNCIAS

AMELIA, Mela; DJAKMAN, Chaerul. Gap Analysis in Implementing IFRS S1 and IFRS S2: A Case Study at Bank X in Indonesia. *International Journal of Economics Development Research (IJEDR)*, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 1968–1982, 2024. Disponível em: <https://journal.yrpiiku.com/index.php/ijedr/article/view/5755>. Acesso em: 7 nov. 2024.

BANERJEE, Shantanu et al. Corporate environmental risk and the customer-supplier relationship. *SSRN Electronic Journal*. 2014 Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2533471. Acesso em: 7 nov. 2024.

BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável. 3.ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2016. 256 p. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547208325/>. Acesso em: 03 nov. 2024.

BOSE, Satyajit. Evolution of ESG Reporting Frameworks. In: ESTY, Daniel; CORT, Todd (org). *Values at Work: Sustainable Investing and ESG Reporting*. New Haven: Palgrave Macmillan, 2020, cap. 2, p. 13-33. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-55613-6_2. Acesso em: 03 nov. 2024.

BRASIL, BOLSA, BALCÃO (B3). Boletim informativo, 2025. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/boletim-informativo.htm/. Acesso em: 12 abr. 2025.

COLAUTO; Romualdo Douglas; BEUREN, Ilse Maria. Coleta, análise e interpretação de dados. In: BEUREN, Ilse Maria (org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo, Atlas: 2008. P. 117-144.

ELKINGTON, John. *Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business*. 1. ed. Oxford: Capstone, 1997, 402 p.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. 230 p. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597020991/>. Acesso em: 08 dez. 2024.

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS (IFRS). *IFRS S1 General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information*, 2023.

Disponível em: <https://www.ifrs.org/issued-standards/ifrs-sustainability-standards-navigator/ifrs-s1-general-requirements.html/content/dam/ifrs/publications/html-standards-issb/english/2023/issued/issbs1/>. Acesso em 19 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). Guia para conselheiros: normas de sustentabilidade IFRS S1 e S2. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=24691&assessment=1>. 55 p. Acesso em: 07 nov. 2024.

KOMALA, Lulu Khansa; MURTANTO, Murtanto. Analysis of sustainability report standards and adjustment of IFRS S1 & IFRS S2 standards implementation. International Journal of Accounting, Management, Economics and Social Sciences (IJAMESC), [S. l.], v. 2, n. 5, p. 1643–1657, 2024. Disponível em: <https://ijamesc.com/index.php/go/article/view/291>. Acesso em: 7 nov. 2024.

LI, Yiwei et al. The impact of environmental, social, and governance disclosure on firm value: The role of CEO power. The British Accounting Review. UK, 2018, v. 50, n. 1, p. 60–75, 2011. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0890838917300574>. Acesso em: 03 nov. 2024.

MACEDO, Fernanda et al. O valor do ISE: os principais estudos e a perspectiva dos investidores. FGV EAESP - GVces - Relatórios Técnicos. São Paulo, 2012, 31 p. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/15382>.

MACHADO, Cláudio Morais. A Importância dos Preceitos de Governança Corporativa e de Controle Interno Sobre a Evolução e a Internacionalização das Normas de Contabilidade e Auditoria. Porto Alegre: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: https://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_governanca_corporativa2.pdf. Acesso em: 17 dez. 2024.

MOLTER, Lorena. Pioneirismo: CFC aprova Normas Brasileiras de Contabilidade sobre sustentabilidade. Conselho Federal de Contabilidade, Brasília, 17 out. 2024. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/pioneirismo-cfc-aprova-normas-brasileiras-de-contabilidade-de-asseguracao-de-sustentabilidade/>. Acesso em: 07 nov. 2024.

OLIARI, Reinaldo; SOARES, Daniela. Entenda as normas IFRS S1 e IFRS S2. Deloitte, 2024. Disponível em: <https://www.deloitte.com/br/pt/services/audit-assurance/perspectives/normas-sustentabilidade-fatores-climaticos.html>. Acesso em: 17 dez. 2024.

PRATAMA, Arie; JAENUDIN, Edi; ANAS, Syaiful. Environmental, Social, Governance - Sustainability Disclosure Using International Financial Reporting Sustainability Standards S1 in Southeast Asian Companies: A Preliminary Assessment. International Journal of Energy Economics and Policy, [S. l.], v. 12, n. 6, p. 456–472, 2022. Disponível em: <https://econjournals.com/index.php/ijeep/article/view/13581>. Acesso em: 14 dec. 2024.

PRICEWATERHOUSECOOPERS (PWC). IFRS S1 y S2: un paso global hacia la estandarización del reporte financiero ESG. Ciudad de Mexico, 4 ago. 2022. Disponível em: <https://www.pwc.com/mx/es/archivo/2022/20220804-ifrs-s1-s2-paso-global-hacia-estandarizacion-de-reporte-financiero-esg.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2024.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo, Atlas: 2008. P. 76-97.

RIBEIRO, Maísa de Souza. Contabilidade Ambiental. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. 220 p. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502108837/>. Acesso em: 19 dez. 2024.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 95 p.

SHALTEGGER, Stefan. Sustainability Reporting in the Light of Business Environments: Linking Business Environment, Strategy, Communication and Accounting. Lüneburg: Centre for Sustainability Management, 2012. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=e966a8712be5a57ca99755ae5677f3c4c4ce1138>. Acesso em 12 dez. 2024.

SILVA, Gustavo Araújo da; SANTOS, Andreza Moura dos; SILVA, Maria do Rosário da. Uma análise do disclosure socioambiental das empresas listadas da carteira do ISE da B3 S.A. Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 3775–3784, 2024. Disponível em: <https://interfaces.unileao.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/1429>. Acesso em: 17 dez. 2024.

VAN WYK, Milan; ELS, Gideon. The relevance of integrated reporting in future standard setting of the International Sustainability Standards Board. Frontiers in Sustainability, v. 4, 2023. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/sustainability/articles/10.3389/frsus.2023.1218985/full>. Acesso em 18 dez. 2024.

VEIGA, José Eli da. Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2019. 161 p. Disponível em: <https://www.zeeli.pro.br/livros/sustentabilidade-a-legitimacao-de-um-novo-valor/>. Acesso em 02 nov. 2024.

YIN, Robert Kuo Zuir. Pesquisa qualitativa do início ao fim. Porto Alegre : Penso, 2016. ePUB.

ZACHARIAS, Suelen Alice da Silva; CAMARINHA, Ísis Campos; ELIAS, Claudinei. A evolução do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) e sua aplicabilidade. Bravo